

Pente-fino nas contas do DF

SAMANTA SALLUM

DA EQUIPE DO CORREIO

O Ministério Público Federal (MPF) quer saber se a Secretaria de Saúde está aplicando devidamente recursos e se eles são suficientes nas ações de prevenção e combate à dengue. Por isso, pediu ao Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus) levantamento para identificar se há carência de investimentos na área, que hoje preocupa devido ao aumento de casos da doença no Distrito Federal. Recentemente, os procuradores constataram que veículos novos destinados ao programa de combate ao mosquito *Aedes aegypti* estavam parados. O MPF também iniciou uma outra batalha: o ressarcimento de R\$ 205 milhões ao Fundo de Saúde do DF. Dinheiro que, por exigência legal, deveria ter sido aplicado entre 2001 e 2004 em remédios, postos e hospitais públicos, mas que foi remanejado para outros setores.

O procurador da República no DF Peterson de Paula Pereira ajuizou ação civil pública em que denuncia o Governo do Distrito Federal por não cumprir a exigência legal de aplicação de percentuais mínimos do orçamento local nas ações e serviços de saúde. Auditoria do Denasus, pedida pelo MPF, apontou que o DF não respeitou a Emenda Constitucional nº 29, de 2000. Ela define que 12% do que é arrecadado em impostos de natureza estadual e que 15% dos de natureza municipal devem ser obrigatoriamente aplicados na saúde. Mas, como o Distrito Federal arrecada tanto como estado e município, a situação provocou entendimentos diferentes. O Tribunal de Contas local

Adauto Cruz/CB



“
NA DÚVIDA, A
ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA, NO CASO O
GDF, DEVERIA TER
APLICADO O
MONTANTE MAIOR, O
QUE GARANTISSE MAIS
RECURSOS PARA UMA
ÁREA TÃO SENSÍVEL,
TÃO CARENTE E
NECESSÁRIA À
POPULAÇÃO.

”

Peterson de Paula Pereira,
procurador da República
no DF

concluiu que o DF investiu, sim, o mínimo estabelecido. Já a auditoria do Denasus discorda. A conclusão é de que R\$ 205 milhões deixaram de ser aplicados no setor. Essa verba daria para concluir a reforma do Hospital de Base, terminar a obra do Hospital Regional de Santa Maria, construir um outro Instituto do Coração (Incor) ou comprar 150 tomógrafos.

“Na dúvida, a administração pública, no caso o GDF, deveria ter aplicado o montante maior, o que garantisse mais recursos para uma área tão sensível, tão ca-

rente e necessária à população”, argumenta o procurador Peterson de Paula Pereira. A ação civil pública está na 13ª Vara Federal do DF, que decidirá se tem competência ou não para julgar o caso, que pode ser remetido ao Tribunal de Justiça do DF. O MPF se baseia no artigo 34 para afirmar sua prerrogativa em apresentar a ação, já que o caso não envolve verbas federais. “A União não intervirá nos Estados nem do DF, exceto, entre outras coisas, no que se referir à aplicação do mínimo exigido da receita em serviços públicos da saúde”, explica.

Divergência

O presidente do Tribunal de Contas do DF, conselheiro Paulo César Ávila, reitera o entendimento da Casa. “O que está havendo é uma divergência de interpretação da legislação. O Conselho Nacional de Saúde e o Ministério da Saúde já divergiram também sobre isso. Para nós, o DF cumpriu, sim, a exigência”, afirma. “Não fomos ainda notificados oficialmente sobre essa ação. O que garantimos é que nessa gestão a Saúde é algo prioritário. O governador Arruda vem fazendo grandes

investimentos no setor e a situação a que se refere o Ministério Público Federal ocorreu em outro governo”, informa o secretário de Comunicação do GDF, Welington Moraes.

Na ação, o MPF pede que o GDF seja condenado a ressarcir aos cofres do SUS/DF o valor de R\$ 205 milhões. “A recomposição do patrimônio do SUS/DF, eis que resta comprovado que os percentuais mínimos dos recursos especificados pela Emenda Constitucional nº 29 não foram corretamente aplicados pelo GDF em saúde”, diz

VERBA

Entre 2001 e 2004,
DF deixou de
aplicar na Saúde

R\$ 205
milhões

Esse dinheiro poderia
custear a reforma do
Hospital de Base e a
conclusão do Hospital
Regional de Santa Maria

o texto. Outras unidades da Federação também enfrentam problemas semelhantes para adequação à Emenda 29.

O Ministério Público Federal também negocia junto à bancada de parlamentares de Goiás no Congresso a inclusão de uma emenda ao Plano Plurianual com recursos para a construção de um hospital de média complexidade no Entorno Sul do DF. O objetivo é reduzir a pressão dos moradores da região sobre o sistema de saúde pública da capital federal. “Não existem hospitais nessa região que suportem a necessidade daquela população que precisa vir para cá. É preciso urgentemente construí-los e estamos tentando que isso seja compartilhado com o governo do DF”, defende o procurador Peterson de Paula Pereira. O assunto será discutido em reunião marcada para 1º de novembro com técnicos dos municípios que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (Ride).